



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais
Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais

OFÍCIO SEI Nº 197787/2022/ME

Brasília, 12 de julho de 2022.

Ao Senhor
MORGAN DOYLE
Representante no Brasil
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID
SEN Quadra 902 conjunto F Lote 39
70800-400 - Brasília/DF
MORGAND@iadb.org

Assunto: **Informe de Não Objeção - “BR-T1516 - Plano 'Amazônia Agora' do Governo do Estado do Pará - Estruturação e Piloto do Programa de Pagamentos por Resultados - Pará PSA1 e Pará PSA2”**

Prezado Senhor,

1. Faço referência à correspondência de 12 de julho de 2022, pela qual Vossa Senhoria solicita posicionamento a respeito do apoio à operação de cooperação técnica “BR-T1516 - Plano 'Amazônia Agora' do Governo do Estado do Pará - Estruturação e Piloto do Programa de Pagamentos por Resultados - Pará PSA1 e Pará PSA2”, no valor de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) pelo BID que terá como executores o próprio BID e o Funbio e beneficiário o Governo do Estado do Pará
2. A propósito, informo que esta Secretaria não apresenta objeções quanto ao projeto supramencionado.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Lampert Costa, Subsecretário(a)**, em 12/07/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26328837** e o código CRC **693E0A4F**.

Processo nº 12120.100056/2022-08.

SEI nº 26328837

Belém, 02 de maio de 2022.

Ao Senhor

Morgan Doyle

Representante do Grupo BID no Brasil

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Setor de Embaixadas Norte

Quadra 802 Conjunto F Lote 39

70800-400, Brasília – DF

Assunto: Solicitação de Apoio de Cooperações Técnicas: (i) Estruturação do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais do Plano Estadual Amazônia Agora por Meio do Mecanismo de Pagamento por Resultados (ParáPSA1) e (ii) Implementação e Prototipação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Plano Estadual Amazônia Agora (ParáPSA2).

Senhor Representante,

O Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) é a principal plataforma de ações do Governo do Estado do Pará para alcançar um novo paradigma de baixo carbono e desenvolvimento sustentável baseado na conservação e valorização dos ativos ambientais, aumento da eficiência das cadeias produtivas e redução sustentada do desmatamento. Lançado em agosto de 2020, o PEAA tem como meta promover a redução de no mínimo 37% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da conversão de florestas e do uso da terra até 2030, e 43% até 2035 em relação à média entre os anos de 2014 e 2018, regenerar 5,65 milhões de hectares até 2030 e 6,41 milhões de hectares até 2035, bem como a neutralidade de emissões a partir de 2036.

É nesse contexto que se identifica uma oportunidade de um projeto de cooperação técnica entre a SEMAS-PA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Amazônia Agora Pagamento por Resultados - Estruturação e Piloto do Programa Territórios Sustentáveis do Estado de Pará. O objetivo da cooperação técnica é fomentar um novo modelo de economia florestal e inovação financeira por meio da implementação de ações estruturantes para alcance das metas de redução de emissões de carbono e controle do desmatamento do Plano Amazônia Agora. O projeto apoiará a estruturação de mecanismo de pagamento por resultados e pilotagem de sua operacionalização por meio do Programa Territórios Sustentáveis do Plano Estadual Amazônia Agora do Governo do Estado do Pará.

Em referência ao Ofício Nº: 77944/2021/GABSEC de 16 de dezembro de 2021, gostaríamos de reiterar o interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará em firmar uma cooperação técnica não-reembolsável com o BID, para estruturação da Plataforma Territórios Sustentáveis e pilotagem de mecanismo de

pagamento por resultados, no valor de USD 3 milhões (três milhões de dólares). O projeto proposto será executado da seguinte forma:

ParáPSA1 (USD 500 mil) Apoio à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Estado do Pará na implementação de ações estruturantes de preparação para o mecanismo de pagamento por resultados no âmbito do Plano Estadual Amazônia Agora, por meio dos seguintes componentes:

- i) Estruturação Metodológica. Etapa inicial de concepção metodológica do programa de pagamentos por serviços ambientais, estratégia e linha de base.
- ii) Desenvolvimento da Ferramenta, governança e integração com os outros programas que compõem o Territórios Sustentáveis.
- iii) Disseminação do Conhecimento.

Solicitamos que essa etapa 1 (ParáPSA1) seja executada diretamente pelo BID, dada a sua experiência na preparação e desenvolvimento dos instrumentos operacionais e técnicos propostos para este tipo de operação, bem como o seu conhecimento do âmbito de trabalho.

ParáPSA2 (USD 2,5 milhões) Operacionalização e prototipação do piloto de pagamento por serviços ambientais e regularização ambiental, por meio do Fundo Amazônia Oriental (FAO) como veículo financeiro do PEAA e vinculado às seguintes atividades:

- i) Operacionalização e prototipação do piloto de pagamento por serviços ambientais e regularização ambiental: Definição de critérios de elegibilidade de benefícios e beneficiários; estruturação de carteira de projetos com base em projetos de assistência técnica existentes; definição de arquitetura e realização de acordos para operacionalização de veículos e agentes financeiros; efetivação dos pagamentos por resultados; engajamento com atores e beneficiários; e
- ii) Monitoramento, disseminação de conhecimento e execução do projeto.

Visando a eficiência da política pública, solicitamos que o Fundo Brasileiro da Biodiversidade (FUNBIO), associação civil sem fins lucrativos que há 25 anos trabalha para a conservação da biodiversidade no Brasil, por ser a Entidade Gestora do FAO, instrumento financeiro do PEAA, seja a Entidade Executora da etapa 2 da cooperação técnica proposta (ParáPSA2) e que a The Nature Conservancy (TNC), organização sem fins lucrativos que trabalha em estreita colaboração com o Governo do Estado em ações estratégicas para implementação do PEAA, seja a Subentidade Executora.

Aproveitamos para reiterar os votos de consideração, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Governo do Pará

EM 02/05/2022 14:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E4E8A58E09CEB8BF.DA21CC801A3322CD.D15F43A02ABCE6C8.6259A5729BE8D5E6
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Raul Protázio Romão (Lei 11.419/2006)